

Apresentação

“Escreve, pois, o que viste, tanto as coisas atuais como as futuras”¹

É com distinta satisfação que a Faculdade Pio XII, por meio de sua respeitada Revista Sapientia, apresenta à comunidade acadêmica e jurídica este novo volume, intitulado “*Scripta Manent: Escritos em Direito*”. O título evoca o antigo e sábio provérbio latino, “*Verba volant, scripta manent*” – as palavras voam, os escritos permanecem. Em um mundo onde o discurso efêmero muitas vezes domina, reafirmamos aqui o valor perene da palavra escrita, especialmente no âmbito do Direito, onde a clareza, a conformidade com a Verdade e a permanência do pensamento são fundamentais para a permanência da Justiça.

O Direito, conforme ensina Miguel Reale, consiste na “realização ordenada e garantida do bem comum²”, e se fortalece na busca incessante pela Verdade, aplicando a tradição (valor) ao contexto

1. BÍBLIA, N. T. Apocalipse 1:19. *In*: **BÍBLIA Sagrada**. Tradução de Ave Maria. 23. Ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2023.

2. REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p.115.

social contemporâneo (fato), com base no ordenamento jurídico posto (norma) sempre submisso aos princípios perenes do Direito Natural que transcendem. A escrita acadêmica, nesse contexto, não é mero registro, mas sim um ato de busca pela Verdade, um esforço para fixar o pensamento alinhado à Ordem Natural, aprofundar a compreensão da Justiça e legar às futuras gerações um acervo de conhecimento sobre os fundamentos da ordem jurídica. Como bem assinalou Cícero, ao refletir sobre a natureza da lei que transcende as contingências humanas, existe uma “razão reta, conforme a natureza, gravada em todos os corações”³, cuja compreensão e aplicação exigem estudo e meditação, tarefas eminentemente ligadas ao labor da escrita.

Esta edição da Revista Sapiencia corporifica esse ideal, reunindo contribuições que, embora diversas em seus objetos específicos, convergem na busca por um entendimento mais profundo de questões jurídicas relevantes, examinadas sob prismas que conjugam rigor técnico, adesão aos princípios do Direito Natural e vasto repertório cultural. Os artigos que se seguem são exemplos eloquentes da vitalidade do pensamento jurídico cultivado em nossa instituição e por seu corpo docente e discente, demonstrando o compromisso da Faculdade Pio XII com a excelência acadêmica e a formação de juristas dedicados à busca e aplicação da Verdade e da Justiça.

Neste volume, temos a honra de apresentar três estudos que alia robustez teórica a efeitos práticos:

O primeiro artigo, de autoria de Huiver Mendes Alvernaz e Lucas Nogueira Oliveira, intitulado “JUÍZES MÁXIMOS, MORALIDADE MÍNIMA: UMA ANÁLISE DO AUXÍLIO MORADIA COMO UM DOS PRIVILÉGIOS QUE MAIS ASSOLAM O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO”, aborda uma questão contemporânea de grande relevância

3. CÍCERO, Marco Túlio. Da República. Brasília: Conselho Editorial, 2019, p.73.

ética e jurídica. Tendo como base teórica a obra de Bruno Garschagen sobre a cultura de privilégios no Brasil, os autores examinam a concessão do auxílio moradia a magistrados, avaliando sua conformidade não apenas com a legalidade estrita, mas, sobretudo, com os ditames da lei natural e da Verdade objetiva aplicados à administração pública. Argumentam que tal benefício, mais do que um direito, configura-se como um privilégio contrário à ordem natural da Justiça e à Verdade que deve reger o serviço público, ferindo os princípios morais basilares.

Na sequência, Sulamita Vitoriana Costa e Wilian Rocha Guaioto brindam-nos com “UMA VISÃO TRANSCENDENTE DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL: ANÁLISE DAS LEIS ABOLICIONISTAS (1831-1888) À LUZ DO JUSNATURALISMO TEOLÓGICO DE SANTO AGOSTINHO”. Este trabalho oferece uma perspectiva fundamentada sobre um capítulo crucial da história brasileira, interpretando o processo abolicionista não apenas como resultado de circunstâncias políticas e sociais, mas também como um movimento alinhado a uma ordem moral superior, radicada na Lei Natural. Os autores mobilizam o pensamento de Santo Agostinho, particularmente suas reflexões sobre Lei Eterna, Lei Natural, pecado e liberdade, para argumentar que a abolição, influenciada pela Fé Católica da Família Imperial, representou uma ordenação à lei natural, reconhecendo a Verdade sobre a dignidade intrínseca do ser humano, criado para a liberdade e não para a servidão imposta pelo homem ao homem – uma servidão cuja causa primeira, na visão agostiniana, remonta ao pecado.

Finalmente, Julia Almoaya Pachú, em “A VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL SEGUNDO SANTO TOMÁS DE AQUINO: UMA APLICAÇÃO DA SUMMA THEOLOGIAE, IIA-IIÆ, Q. 70, A. 2, AO PROCESSO PENAL BRASILEIRO”, revisita a magna obra do Doutor Angélico para extrair lições perenes sobre um dos meios de

prova mais antigos e, paradoxalmente, mais falíveis do processo penal: o testemunho. A autora explora a discussão tomista sobre a suficiência do testemunho de duas ou três testemunhas, a busca pela “certeza provável” – o modo como a Verdade se manifesta em assuntos humanos contingentes– e os critérios para avaliar a credibilidade dos depoimentos com base na sua correspondência com a realidade dos fatos, como a concordância sobre circunstâncias substanciais e a prudência do juiz. O artigo demonstra a atualidade do pensamento de Santo Tomás de Aquino para iluminar a busca pela Verdade na valoração probatória, propondo critérios tomistas como guias seguros para a difícil tarefa do julgador criminal em discernir o justo.

Os temas abordados – a conformidade da atuação estatal com a lei natural, a fundamentação jusnaturalista dos direitos humanos e a busca pela Verdade na prova judicial – refletem a amplitude e a profundidade da investigação que o Direito exige para alcançar a Justiça. Ao publicá-los, a Revista Sapientia reafirma sua vocação de ser um veículo para a disseminação da Verdade jurídica, contribuindo para a missão da Faculdade Pio XII de promover um ensino jurídico humanista, fundamentado nos princípios perenes do Direito Natural e comprometido com a Justiça que deve nortear a ordem social.

A permanência dos escritos (*scripta manent*) reside não apenas em sua materialidade, mas na capacidade de iluminar o intelecto, inspirar a adesão à Verdade e solidificar a compreensão da ordem natural. Cada artigo aqui presente é um convite à leitura atenta, ao estudo diligente e à contínua busca pela sabedoria (*sapientia*) e pela Verdade no campo do Direito. Que este volume sirva como fonte de conhecimento e inspiração para estudantes, professores, pesquisadores e profissionais da área.

Agradecemos aos autores pela excelência de suas contribuições e aos pareceristas pelo rigor de suas avaliações. Convidamos a todos para que se debrucem sobre estas páginas, na certeza de que encontrarão nelas valiosos subsídios para o discernimento da Verdade nos complexos fenômenos jurídicos de nosso tempo.

Com os nossos melhores votos de uma profícua leitura,

João Victor Fernandes Picoli

Professor Titular do Curso de Direito da Faculdade Pio XII
Cariacica - ES, 31 de março de 2025.
